Processo: TC 029.034/2009-0 (1 Vol.)
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Sapé - PB
Responsável: Maria Luíza do Nascimento Silva
Interessados: Procuradoria Regional do Trabalho - 13ª
Região - João Pessoa - PB
Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome

Sumário: Irregularidades na execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Município de Sapé/PB. Matéria já examinada em outro processo. Proposta de arquivamento.

Trata-se de Representação oriunda da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região, a qual contém informações acerca de irregularidades detectadas na execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), no município paraibano de Sapé.

Histórico

2. Segundo consta do Procedimento Preparatório nº 72/2008 (fls. 3/7), inicialmente, várias impropriedades foram verificadas no referido Programa, quando da realização de inspeção por Auditor do Ministério do Trabalho. Findos os trabalhos de campo, o relatório final confeccionado foi remetido à Procuradoria do Trabalho da 13ª Região.
3. Após examinar a matéria, o Procurador responsável entendeu pertinente encaminhar cópia do processo a diversos órgãos, dentre os quais a Controladoria Geral da União (CGU) e o próprio TCU, para que adotassem as medidas cabíveis.
4. No âmbito da CGU, a comunicação acarretou fiscalização **in loco** realizada no referido município, dando origem ao Relatório de Demandas Especiais nº 00190.019199/2008-15 (fls. 9/20), no qual consta uma série de constatações acerca do precário funcionamento do PETI, incluindo a não comprovação de pagamentos a monitores contratados e a utilização de recursos do programa em finalidades distintas das estabelecidas.
5. Registre-se que a presente representação apresenta-se constituída não apenas pelo mencionado Procedimento Preparatório nº 72/2008, mas também por cópia do também citado relatório da CGU.

Análise

6. Verifica-se que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, uma vez que: o representante têm legitimidade para representar ao TCU; trata sobre matéria de competência do Tribunal; refere-se a administrador sujeito a sua jurisdição; está redigida em linguagem clara e objetiva; contém o nome legível do representante, sua qualificação e endereço; e está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada. Sendo assim, entendo que o presente feito deva ser conhecido e autuado como representação, nos termos do art. 237, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU.

7. No que tange ao conteúdo da representação, verifica-se que este se concentra nas conclusões contidas no relatório confeccionado pela CGU. Não obstante, após pesquisa nos sistemas informatizados desta Corte, verificou-se a existência de outra representação (autuada sob o nº TC 028.286/2009-3), esta de autoria da própria CGU, tratando do mesmo objeto, ou seja, irregularidades na execução do PETI no município de Sapé/PB.

8. O referido expediente, oriundo do Controle Interno, comunica a ocorrência de irregularidades constatadas no município após a realização de fiscalização **in loco**, elencadas no mesmo Relatório de Demandas Especiais cuja cópia já se encontra anexada aos presentes autos.

9. Desse modo, os dois processos tratam rigorosamente da mesma matéria, razão pela qual resta propor o pronto arquivamento destes autos.

10. Por fim, cabe registrar que este Tribunal já examinou o mencionado TC 028.286/2009-3, tendo exarado o Acórdão nº 4.026/2010 – 1ª Câmara, oportunidade em que determinou à CGU que, no prazo de noventa dias, comunicasse o Tribunal acerca das medidas adotadas com vistas à regularização das impropriedades verificadas. Adicionalmente, foi determinado o sobrestamento do processo.

Proposta de Encaminhamento

11. Ante o exposto, submeto o presente processo à consideração superior, propondo:

- a) conhecer da presente Representação, com fulcro no art. 132, inciso I, da Resolução TCU nº 191/2006, c/c o art. 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada em face da existência do TC nº 028.286/2009-3, o qual apresenta idêntico objeto;
- b) remeter à Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem ou, no caso de julgamento por relação, cópia da presente instrução; e
- c) arquivar os autos.

À consideração superior.

SECEX-PB, 25/1/2011.

(Assinado Eletronicamente)
SÉRGIO BRANDÃO SANCHEZ
AUFUC - Matr. 4580-2